

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### EXERCÍCIO DE 2023

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2023



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

LEI Nº 575, de 09 de maio de 2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2023 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Piedade de Caratinga, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as previstas no artigo 58, da Lei Orgânica Município, sanciona a presente Lei:

### Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2023, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- III - disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- IV - disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- V - equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - critérios e formas de limitação de empenho;
- VII - normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VIII - condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- IX - autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- X - parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- XI - definição de critérios para início de novos projetos;
- XII - definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XIII - incentivo à participação popular;
- XIV - as metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal
- XV - as disposições gerais;

### Seção I

#### Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2023 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integrarão esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2023 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2023 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na formado do caput deste artigo.

### Seção II

#### Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

### Subseção I

#### Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. Em entendimento ao art. 167, VI da Constituição Federal são definidos os seguintes conceitos:

§ 1º. - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por programas e ações (atividades, projetos, operações especiais), de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022-2025.

§ 2º. - Órgãos são as entidades existentes no Município.

Art. 4º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64.

Art. 5º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, autarquias e fundações.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I - texto da lei;

II - documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - anexos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no caput, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o artigo 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, para fins do atendimento ao artigo 60 do ADCT, com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 108/2020 e respectiva Lei nº 14.113/2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;

V - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no artigo 169 da Constituição da República e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita do projeto de lei orçamentária de 2023 considerará a arrecadação dos três últimos exercícios, as modificações na legislação tributária, bem como a perspectiva de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e da taxa inflacionária para o biênio 2022/2023, sendo que a fixação da despesa será elaborada a valores correntes do exercício de 2022, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. Sendo necessário, o projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, caso ocorram acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. As entidades da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no caput, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo, até o dia 15 de julho de 2023, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art.11. A lei orçamentária discriminará, dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os processos referentes ao pagamento de precatórios serão submetidos à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Art. 12. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 13. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 14. Para atender ao art. 4º, "d", da Lei Federal 8.069, de 1990, serão destinados no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, dotações para despesas nas áreas relacionadas à proteção da criança e do adolescente.

**Subseção II****Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência**

Art. 15. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo a 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e como fonte de recurso para abertura de créditos adicionais, observado o disposto nos artigos 40 da Lei Federal nº 4.320/1964, e no artigo 8º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001.

Parágrafo Único. Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

**Seção III****Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários****Subseção I****Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

### Subseção II

#### Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 17. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

### Seção IV

#### Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 18. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, poderá contemplar medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I - aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II - aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III - aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV - aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária;

Art. 19. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior poderá levar em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII - revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX - instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X - a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 20. Os atos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita obedecerão às disposições do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

para pagamento à vista de impostos e taxas, desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

Art. 21. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 22. O Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal;
- II - Revogação das isenções tributárias que não mais atendam ao interesse público e à justiça fiscal;
- III - Revisão das taxas, adequando-as ao custo dos serviços por elas custeados;
- IV - Atualização da Planta Genérica de Valores conforme a realidade do mercado imobiliário;
- V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos;
- VI - Municipalização da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

### Seção V

#### Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2023 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 24. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que os discriminem, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - para elevação das receitas:

- a - a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b - atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c - chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II - para redução das despesas:

- a - utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b - revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Art. 26. Apurado que, no período de 12 (doze) meses, o montante das despesas correntes ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) da receita corrente arrecadada no mesmo período, conforme disposto no art. 167-A, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, é facultado aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo aplicar o mecanismo de ajuste fiscal, mediante vedação dos seguintes atos:

- I - Concessão, a qualquer título, de vantagens salariais, aumento, reajuste ou adequação remuneratória, exceto os derivados de sentença judicial ou de lei municipal anterior;
- II - Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;
- III - Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:
  - a) a reposição de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;
  - b) a reposição das vacâncias nos cargos efetivos;
  - c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 da Constituição;

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

V - Realização de concurso público, exceto para as vacâncias previstas no inciso IV deste artigo;

VI - Criação de despesa obrigatória de caráter continuado;

VII - Reajuste de despesa obrigatória acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

VIII- Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

**Seção VI****Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho**

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I - as despesas com pessoal e encargos sociais;

II - as despesas com benefícios previdenciários;

III - as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV - as despesas com PASEP;

V - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI - as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

**Seção VII****Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos**

Art. 28. O Poder Executivo poderá realizar estudos visando a definição de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. A lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa finalístico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

Parágrafo Único. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno, visando a eficiência e eficácia administrativa.

**Seção VIII****Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas**

Art. 30. A transferência de recursos financeiros, a título de subvenção social, às entidades privadas sem fins lucrativos, para a consecução de finalidade de interesse público, visando à prestação de serviços essenciais de assistência social, saúde e educação, obedecerá às normas previstas nos arts. 16 e 17 da Lei Federal n.º 4.320, de 1964, às Súmulas e Instruções Normativas do Tribunal de Contas de Minas Gerais e deverá:

I – ser autorizada por meio de lei específica;

II – ter previsão na Lei Orçamentária de 2023, ou em seus Créditos Adicionais; e III – obedecer às demais normas pertinentes.

Parágrafo Único. As parcerias de que trata a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 deverão estar previstas na Lei



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

Orçamentária de 2023 ou em seus créditos adicionais.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento econômico.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 33. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 34. As transferências de recursos às entidades previstas nesta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei nº 8.666/1993, ou de outro dispositivo legal que vier a substituí-lo ou alterá-lo.

§ 1º. Compete ao órgão ou entidade concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o caput deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 35. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e do Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 36. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o artigo 167, inciso VI da Constituição da República.

**Seção IX**

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 37. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993, ou dispositivo legal que vier a substituí-lo ou alterá-lo.

**Seção X**

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

Art. 38. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo, o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, os seguintes demonstrativos:

- I - as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II - a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;
- III - o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023;

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

### Seção XI

#### Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 39. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I - estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;
- II - as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;
- III - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
- IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

### Seção XII

#### Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 40. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

### Seção XIII

#### Do Incentivo à Participação Popular

Art. 41. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único - O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, a abertura de participações e a utilização dos meios eletrônicos disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 42. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

- I - elaboração da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta;
- II - avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

### Seção XIV

Das metas de resultado fiscal, em consonância com uma trajetória sustentável para a dívida municipal

Art. 43. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública, viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal e manter a mesma em níveis sustentáveis, conforme legislação aplicável à espécie.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, e atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 44. Na lei orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

### Seção XV

Das Disposições Gerais

Art. 45. O Poder Executivo poderá, mediante decreto específico, remanejar, transpor ou transferir, total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no artigo 3º, desta Lei, conforme os conceitos:

I - remanejamentos ocorrem sempre no âmbito da organização, decorrente de extinção de um órgão e a institucionalização de outro para a sua substituição.

II - transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão.

III - transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º - os instrumentos mencionados serão utilizados quando em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Art. 46. O Poder Executivo Municipal poderá por meio de decreto, promover a inclusão e ou alteração de Fontes e Destinações de Recursos na Lei Orçamentária Anual de 2023, sempre na mesma dotação orçamentária.

Art. 47. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

§ 3º. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais do Poder Legislativo serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até trinta dias, a contar da data do pedido feito à Prefeitura.

Art. 48. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 49. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

Art. 50. Se o projeto de lei orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;

II - benefícios previdenciários;

III - amortização, juros e encargos da dívida;

IV - PIS-PASEP;

V - demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI - outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso I a V deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2023, para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º Em caso de Emenda supressiva ou redutiva que altere a dotação utilizada no caput deste artigo, o Poder Executivo utilizar-se-á de decreto para recomposição dos valores, utilizando-se dos limites de créditos adicionais suplementares.

Art. 51. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais;

III - Anexos de Metas e Prioridades.

Art. 52. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piedade de Caratinga, 09 de maio de 2022.

Adolfo Bento Neto

Prefeito Municipal

# ANEXO DE METAS FISCAIS



# MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS 2023

AMF - Demonstrativo 1 ( LRF, art . 4º, § 1 )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	VALOR CORRENTE ( a )	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE ( b )	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE ( c )	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	42.000.000,00	40.462.427,75	0,01	46.000.000,00	42.983.503,68	0,01	50.000.000,00	45.360.388,01	0,01
Receitas Primárias ( I )	40.600.000,00	39.113.680,15	0,00	44.580.000,00	41.656.621,61	0,01	48.560.000,00	44.054.008,84	0,01
Despesa Total	42.000.000,00	40.462.427,75	0,01	46.000.000,00	42.983.503,68	0,01	50.000.000,00	45.360.388,01	0,01
Despesas Primárias ( II )	41.830.000,00	40.298.651,25	0,01	45.813.816,00	42.809.528,88	0,01	49.797.617,99	45.176.785,48	0,01
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-1.230.000,00	-1.184.971,10	0,00	-1.233.816,00	-1.152.907,27	0,00	-1.237.617,99	-1.122.776,64	0,00
Resultado Nominal	2.300.000,00	2.215.799,61	0,00	500.000,00	467.212,00	0,00	500.000,00	453.603,88	0,00
Dívida Pública Consolidada	2.500.000,00	2.408.477,84	0,00	3.000.000,00	2.803.271,98	0,00	3.500.000,00	3.175.227,16	0,00
Dívida Consolidada Líquida	2.500.000,00	2.408.477,84	0,00	3.000.000,00	2.803.271,98	0,00	3.500.000,00	3.175.227,16	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP ( VI )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* Valor Corrente / PIB x 100

PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )		
2023	2024	2025
834.080.000.000,00	876.490.000.000,00	920.120.000.000,00

ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % )		
2023	2024	2025
3,80	3,10	3,00



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR 2023

AMF - Demonstrativo 2 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2021 - ( a )	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2021 - ( b )	% PIB	VARIÇÃO	
					( c ) = ( b - a )	% ( c / a ) * 100
Receita Total	33.800.000,00	0,00	30.007.982,38	0,00	-3.792.017,62	-11,22
Receitas Primárias ( I )	33.588.350,00	0,00	29.822.366,74	0,00	-3.765.983,26	-11,21
Despesa Total	33.800.000,00	0,00	28.852.868,07	0,00	-4.947.131,93	-14,64
Despesas Primárias ( II )	33.560.000,00	0,00	28.717.709,25	0,00	-4.842.290,75	-14,43
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	28.350,00	0,00	1.104.657,49	0,00	1.076.307,49	3.796,50
Resultado Nominal	450.000,00	0,00	-3.385.905,22	0,00	-3.835.905,22	-852,42
Dívida Pública Consolidada	200.000,00	0,00	118.992,21	0,00	-81.007,79	-40,50
Dívida Consolidada Líquida	-1.205.000,00	0,00	-5.682.899,32	0,00	-4.477.899,32	371,61

#### PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - EXERCÍCIO DE 2021 ( EM REAIS )

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
743.680.000.000,00	743.680.000.000,00

#### META RECEITA:

- A meta de arrecadação de receitas para 2021 foi estimada em R\$ 33.800.000,00, tendo sido arrecadado R\$ 30.007.982,38;
- A meta foi frustrada em R\$ 3.792.017,62.

#### META DESPESA:

- A meta de execução de despesas para 2021 foi estimada em R\$ 33.800.000,00, tendo sido realizado R\$ 28.852.868,07;
- A meta de despesas ficou abaixo da fixada em R\$ 6.407.799,78 .

#### RESULTADO ENTRE RECEITAS E DESPESAS:

- Superávit de R\$ 1.155.114,31 na execução orçamentaria do exercício financeiro de 2021;
- O Superávit apresentado entre as receitas e despesas demonstra o das contas públicas, atendendo o determinado no §1º do art. 1º da LRF.

#### META RESULTADO PRIMÁRIO:

- Foi estabelecido com meta de Resultado Primário o valor de R\$ 54.100,00 sendo o resultado alcançado na ordem de R\$ 4.724.486,44.

#### META RESULTADO NOMINAL:

- Foi estabelecido com meta de Resultado Nominal o valor de R\$ 0,00, sendo o resultado alcançado na ordem de R\$ 699.879,21.

#### CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO:

- As metas de receitas não foram atingidas, contudo as metas de despesas executadas ficaram menor que as receitas realizadas;
- As metas de Resultado Primário e Nominais foram respeitadas.



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2023

AMF - Demonstrativo 3 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	34.375.000,00	33.800.000,00	-1,67	33.000.000,00	-2,37	42.000.000,00	27,27	46.000.000,00	9,52	50.000.000,00	8,70
Receitas Primárias ( I )	34.169.500,00	33.588.350,00	-1,70	30.375.000,00	-9,57	40.600.000,00	33,66	44.580.000,00	9,80	48.560.000,00	8,93
Despesa Total	34.375.000,00	33.800.000,00	-1,67	33.000.000,00	-2,37	42.000.000,00	27,27	46.000.000,00	9,52	50.000.000,00	8,70
Despesas Primárias ( II )	34.135.000,00	33.560.000,00	-1,68	32.830.000,00	-2,18	41.830.000,00	27,41	45.813.816,00	9,52	49.797.617,99	8,70
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	34.500,00	28.350,00	-17,83	-2.455.000,00	-8.759,61	-1.230.000,00	-49,90	-1.233.816,00	0,31	-1.237.617,99	0,31
Resultado Nominal	-450.000,00	450.000,00	-200,00	1.405.000,00	212,22	2.300.000,00	63,70	500.000,00	-78,26	500.000,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	200.000,00	-20,00	200.000,00	0,00	2.500.000,00	1.150,00	3.000.000,00	20,00	3.500.000,00	16,67
Dívida Consolidada Líquida	-1.655.000,00	-1.205.000,00	-27,19	200.000,00	-116,60	2.500.000,00	1.150,00	3.000.000,00	20,00	3.500.000,00	16,67

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	38.545.804,69	36.335.000,00	-5,74	33.000.000,00	-9,18	40.462.427,75	22,61	42.983.503,68	6,23	45.360.388,01	5,53
Receitas Primárias ( I )	38.315.370,86	36.107.476,25	-5,76	30.375.000,00	-15,88	39.113.680,15	28,77	41.656.621,61	6,50	44.054.008,84	5,76
Despesa Total	38.545.804,69	36.335.000,00	-5,74	33.000.000,00	-9,18	40.462.427,75	22,61	42.983.503,68	6,23	45.360.388,01	5,53
Despesas Primárias ( II )	38.276.684,89	36.077.000,00	-5,75	32.830.000,00	-9,00	40.298.651,25	22,75	42.809.528,88	6,23	45.176.785,48	5,53
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	38.685,97	30.476,25	-21,22	-2.455.000,00	-8.155,45	-1.184.971,10	-51,73	-1.152.907,27	-2,71	-1.122.776,64	-2,61
Resultado Nominal	-504.599,63	483.750,00	-195,87	1.405.000,00	190,44	2.215.799,61	57,71	467.212,00	-78,91	453.603,88	-2,91
Dívida Pública Consolidada	280.333,13	215.000,00	-23,31	200.000,00	-6,98	2.408.477,84	1.104,24	2.803.271,98	16,39	3.175.227,16	13,27
Dívida Consolidada Líquida	-1.855.805,29	-1.295.375,00	-30,20	200.000,00	-115,44	2.408.477,84	1.104,24	2.803.271,98	16,39	3.175.227,16	13,27

ÍNDICES DE INFLAÇÃO ( EM % )					
2020	2021	2022	2023	2024	2025
4,52	4,31	7,50	3,80	3,10	3,00





## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2023

AMF - Demonstrativo 4 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	24.380.980,06	100,00	19.316.731,48	100,00	15.887.921,32	100,00
TOTAL	24.380.980,06	100,00	19.316.731,48	100,00	15.887.921,32	100,00



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2023

AMF - Demonstrativo 5 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 ( a )	2020 ( b )	2019 ( c )
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( I )	613,12	25.922,72	1.149,08
Alienação de bens Móveis	613,12	25.922,72	1.149,08
Alienação de bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2021 ( d )	2020 ( e )	2019 ( f )
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( II )	35.319,48	120.219,50	55.000,00
Despesas de Capital	35.319,48	120.219,50	55.000,00
Investimentos	35.319,48	120.219,50	55.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2021 ( g ) = ( Ia - IId + IIIh )	2020 ( h ) = ( Ib - ILe + IIIi )	2019 ( i ) = ( Ic - IIIf )
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	-90.676,91	3.619,87	57.470,79
VALOR ( IV ) = ( I - II + III )	-125.383,27	-90.676,91	3.619,87



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA**

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

**Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA**

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

#### CAMARA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	50.000,00	Utilizar da Reserva de Contingência.	50.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	50.000,00	Utilizar da Reserva de Contingência.	50.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>		<b>100.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor



**MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA**

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2023**

Frustracao de Arrecadacao	7.000.000,00	Promover limitação de despesas conforme estabelecido na LDO, para que se mantenha o equilíbrio financeiro.	7.000.000,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoes	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	Utilizar da Reserva de Contingência.	100.000,00
SUB-TOTAL	7.100.000,00		7.100.000,00
TOTAL	7.200.000,00		7.200.000,00

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE DE CARATINGA

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: EFETUAR PAGAMENTOS DE ENCARGOS E AMORTIZACAO DA DIVIDA FUNDADA. MANTER EM DIA AS OBRIGACOES COM PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS, CUMPRIR COM OUTROS ENCARGOS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.001	AMORTIZACAO DE CONTRATOS DE PARCELAMENTO DE DIVIDA	%	25,00	DIVIDA FUNDADA EM DIA
0.004	MANUT. DOS PGTOS. DE SENTENÇAS JUDICIAIS	%	25,00	SENTENÇAS JUDICIAIS PAGAS

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO, ORÇAMENTARIO E FINANCEIRO

OBJETIVO: APOIAR AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS NA GESTAO DE RECURSOS HUMANOS, ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTARIOS E FINANCEIROS, OBJETIVANDO A REALIZACAO DAS ACOES GOVERNAMENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.003	MANUT. RECOLHIMENTO DO PASEP	%	25,00	PASEP RECOLHIDO
2.004	MANUT. ATIV. C/ A SEC. M. DE PLAN. E FAZENDA	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.011	MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE EDUCACAO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.037	MANUT. ATIV. C/ A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.040	MANUT. DAS ATIV. SEC. MUN. AGRIC. E MEIO AMBIENTE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.051	MANUT. ATIV. COM A SEC. MUNICIPAL DE DESENV. SOCIAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.052	MANUT. DAS ATIV. COM A SEC. MUNICIPAL DE SAUDE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.087	MANUT. ATIV. C/ A SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO
2.088	MANUT. ATIV. C/ A PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.089	MANUT. ATIV. DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.





## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0002 UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO INFANTIL

OBJETIVO: A AMPLIAR O NUMEROS DE VAGAS E GARANTIR O ACESSO DE TODOS OS ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCACAO, EM CHECHES E PRE-ESCOLAS, GARANTIND O ATENCAO E DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES NA FORMACAO EDUCACIONAL INICIAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.010	MANUT. DAS ATIV. COM CRECHES	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.059	REMUN. PROF. EDUC. BASICA EM CRECHES - FUNDEB 70	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.068	REMUN. PROF. EDUC. BASICA EM PRE-ESCOLAR FUNDEB 30	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.081	MANUT. ATIV. COM ENSINO PRE-ESCOLAR	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.107	MANUT. DAS ATIV. COM CHECHES-FUNDEB 30	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE
2.108	MANUT. ATIV. COM O ENSINO PRE-ESCOLAR FUNDEB 30	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE

#### PROGRAMA: 0003 UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: A AMPLIAR O NUMEROS DE VAGAS E GARANTIR O ACESSO DE TODOS OS ALUNOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCACAO, ELEVAR OS NIVEIS DE APRENDIZAGEM DO S ALUNOS NO ENSINO FUNDAMENTAL, PROVENDO ACOES P ARA AQUISICAO DE CONHECIMENTOS E SUA FORMACAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.012	MANUT. DAS ATIV. C/ O ENSINO FUNDAMENTAL	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.013	MANUT. DAS ATIV. COM O TRANSPORTE ESCOLAR	%	25,00	TRANSPORTE ESCOLAR DE QUALIDADE.
2.069	MANUT. ATIV. PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE.
2.106	MANUT. DAS ATIV. C/ O ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 30	%	25,00	EDUCACAO DE QUALIDADE



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0004 GESTAO DA ALIMENTACAO ESCOLAR**

**OBJETIVO: OFERECER ALIMENTACAO ESCOLAR DE QUALIDADE AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCACAO, OBJETIVANDO SEU DESENVOLVIMENTO NUTRICIONAL E INTELLECTUAL, BUSCANDO A MELHORIA DA SAUDE DO ALUNO E SUA CAPACIDADE DEAPRENDIZAGEM.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.009	MANUT. DAS ATIV. C/ A MERENDA ESCOLAR	%	25,00	ALIMENTACAO ESCOLAR DE QUALIDADE.

**PROGRAMA: 0005 FOMENTO AO DESPORTO, LAZER E CULTURA**

**OBJETIVO: PROMOVER O ESPORTE, O LAZER E A CULTURA CONTRIBUINDO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E DESENVOLVIMENTO HUMANO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.016	MANUT. DE ATIV. C/ A REALIZ DE EVENTOS ESPORTIVOS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.017	PROMOCAO DE FESTIVIDADES, CIVICAS E POPULARES	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.054	MANUT. DAS ATIV. DIV. CULT. ESP. LAZ. E TURISMO	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.

**PROGRAMA: 0006 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR**

**OBJETIVO: PROPICIAR SERVICO QUALIFICADO NA ASSISTENCIA MEDICA-HOSPITALAR PARA ANTENDIMENTO DAS URGENCIAS, EM ERGENCIAS E INTERNACOES EM CLINICA MEDICA E CIRU RGICA, NAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE DO MUNICIPIO E/OUENTIDADES CONVENIADAS, PARA GARANTIR A SAUDE**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.029	MANUT. ATIV. C/ UNIDADES E CENTROS DE ATEND.SAUDE	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.
2.057	MANUT. CONTRATO DE PROGRAMA - CONSORCIO SAUDE	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0007 GESTAO DA ATENCAO BASICA NA SAUDE

OBJETIVO: AUMENTAR A QUALIDADE E QUANTIDADE DOS SERVICOS DE ATENCAO BASICA DA SAUDE, POR MEIO DE PROGRAMAS QUE ENVOLVA A PROMOCAO, PREVENCAO, VIGILANCIA EM SAUDE, DIAGNOSTICO, TRATAMENTO E REABILITACAO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.023	MANUT. DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	%	25,00	SAUDE DE QUALIDADE.
2.024	MANUT. DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.
2.025	MANUT. DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.

#### PROGRAMA: 0008 GESTAO DA LIMPEZA PUBLICA

OBJETIVO: OTIMIZAR E MELHORAR A PRESTACAO DOS SERVICOS DE LIMPEZA URBANA E TAMBEM RURAL DO MUNICIPIO, VISANDO A MELHORIA DO MEIO AMBIENTE E DA SAUDE PUBLICA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.030	MANUT. DAS ATIV. COM A LIMPEZA PUBLICA	%	25,00	LIMPEZA PUBLICA DE QUALIDADE.

#### PROGRAMA: 0009 GESTAO DOS SISTEMAS DE AGUA E ESGOTO

OBJETIVO: OTIMIZAR E MELHORAR A PRESTACAO DOS SERVICOS DE SANEAMENTO BASICO, COM FORNECIMENTO DE AGUA TRATADA A A 100% DA POPULACAO, COLETA E TRATAMENTO DO ESGOTO SANITARIO URBANO E RURAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.009	CONST. E CONS. DE SISTEMAS DE ESGOTO SANITARIO	%	25,00	SISTEMA CONST. E/OU CONSERVADO

#### PROGRAMA: 0010 GESTAO DA ESTRUTURA URBANA E RURAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DO MUNICIPIO, DE FORMA ORDENADA, PROMOVENDO A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA, A AMPLIACAO DAS OBRAS E SERVICOS PUBLICOS, TAIS

COMO: TRANSPORTE, ENERGIA, URBANISMO, HABITACAO E OUTROS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.011	CONST. REF. DE PAVIMENTACAO DE ESTRADAS VICINAIS	%	25,00	ESTRADAS VICINAIS CONST, REF. E/OU CONSERVADAS
1.012	CONST. E REFORMAS DE PONTES E BUEIROS	%	25,00	PONTES E BUEIROS CONSTRUIDOS E/OU REFORMADOS



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

#### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.013	CONST. REFOR. DE PAV. E CALC. DE VIAS URBANAS	%	25,00	VIAS URBANAS PAV., CALC., E/OU REFORMADAS
1.028	CONST. REF. AMP. DE REDES DE ENERGIA ELETRICA	%	25,00	REDES CONSTRUIDAS, REFORMADAS E/OU AMPLIADAS

**PROGRAMA: 0011 EXPANSAO DA AGRICULTURA E AGROPECUARIA**

**OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DO MEIO RURAL, DISPONIBILIZANDO AOS PRODUTORES RURAIS ASSISTENCIA TECNICA, APOIO LOGISTICO, PARA AUMENTO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DA PRODUCAO DA AGRICULTURA E PECUARIA, PARA O DESENV. ECONOMICO DE FORMA SUSTENTAVEL.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.015	MANUT. DO CONVENIO COM A EMATER	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.

**PROGRAMA: 0012 PROMOCAO DA ASSISTENCIA SOCIAL**

**OBJETIVO: APOIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL NA GESTAO DE SEUS PROGRAMAS E DESENVOLVIMENTO DAS POLITICAS SOCIAIS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.048	MANUT. ATIV. IGD INDICE GESTAO DESCENTRALIZADA	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.082	MANUT. OUTROS PROGRAMAS ASSIST. SOCIAL	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.091	MANUT. DO FUNDO MUN. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.

**PROGRAMA: 0014 VIGILANCIA EM SAUDE**

**OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO SISTEMATICO DO ESTADO DA SAUDE NO MUNICIPIO COM ESTRATEGICA PRIORITARIA A EFETIVACAO DAS ACOES DE VIGILANCIA EM SAUDE DO MUNICIPIO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.072	MANUT. SERV. VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.
2.073	MANUT. ATIV. SERV. DE VIGILANCIA SANITARIA	%	25,00	SAUDE PUBLICA DE QUALIDADE.



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0015 GESTAO DA SEGURANCA PUBLICA MUNICIPAL**

**OBJETIVO: EM CONJUNTO COM AS POLICIAS CIVIL E MILITAR, COLABORAR NO DESENVOLVIMENTO DE ACOES DE SEGURANCA PUBLICA A COMUNIDADE EM GERAL, PRESERVANDO SEUS DIREITOS SOCIAIS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.016	CONVENIO COM POLICIA CIVIL, MILITAR E BOMBEIROS	%	25,00	SEGURANCA PUBLICA DE QUALIDADE.

**PROGRAMA: 0016 PROTECAO SOCIAL BASICA**

**OBJETIVO: PROVER SERVICOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFICIOS,EM ESPECIAL PARA FAMILIAS, INDIVIDUOS E GRUPOS, QUE DELES NECESSITAM, CONTRIBUINDO COM A INCLUSA O DOS USUARIOS, AMPLIANDO O ACESSO AOS BENS E SERVICOS SOCIOS ASSISTENCIAIS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.074	MANUT. OPER. CENTRO DE REF. ASSIST. SOCIAL - CRAS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.
2.078	MANUT. ATIV. CONSELHO TUTELAR	%	25,00	CONSELHO MANTIDO.

**PROGRAMA: 0017 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL**

**OBJETIVO: PROVER SERVICOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFICIOS,EM ESPECIAL PARA FAMILIAS, INDIVIDUOS E GRUPOS, QUE ENCONTRAM EM SITUACAO DE RISCO PESSOAL E SOC IAL, POR OCORRENCIA DE ABANDONO, MAUS TRATOS FISICOS,E OU, PSIQUICOS, DENTRE OUTROS.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
0.017	MANUT. CONV. ENTID. DE ASSIST. SOCIAL CRIANCA/ADOL	%	25,00	SUBVENCAO MANTIDA
2.079	MANUT. SERV. PROT. SOCIAL A DEFICIENTES E IDOSOS	%	25,00	SERVICO PUBLICO MANTIDO.

**PROGRAMA: 0018 APOIO ENSINO TECNICO E SUPERIOR**

**OBJETIVO: GARANTIR O ACESSO A CURSOS TECNICOS E SUPERIORES DISPONIVEIS NAS CIDADES VIZINHAS, APRIMORANDO E C APACITANDO O JOVEM PARA INGRESSO NO MERCADO DE T RABALHO.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
2.109	MANUT. ATIV. TRANSP. ESCOLAR ENSINO SUPERIOR	%	25,00	ALUNOS TRANSPORTADOS



## MUNICÍPIO DE PIEDADE DE CARATINGA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 9999 RESERVAS**

**OBJETIVO: RESERVA DE CONTIGENCIA.**

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTIGENCIA	%	25,00	RESERVA DE CONTIGENCIA



Índice Geral

Relatório	Página
Texto da Lei da LDO	3
Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais	14
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	15
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	16
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	17
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	18
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	19
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	21
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	24